

O sim ou não aos "puxadinhos"

Regularização das áreas é contrária ao projeto original de Brasília

AFRÂNIO PEDREIRA

A novela dos famosos "puxadinhos" (áreas públicas ocupadas irregularmente por estabelecimentos comerciais do Plano Piloto) está perto do último capítulo. O Governo do Distrito Federal decidiu pôr fim na discussão e está prestes a regularizar a situação.

Na última segunda-feira (17), depois de muita negociação com o Sindicato dos Hotéis, Bares e Restaurantes (Sindhobar) o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi e o procurador Paulo Leite da 4ª Promotoria de Justiça de Defesa de Ordem Urbanística (Proureb), apresentaram Projeto de Lei para resolver o "impasse", que já se arrasta desde 1996 e que ganhou força do Ministério Público (MP) em 2003 no que diz respeito às negociações com o GDF. O documento vai ser enviado à Câ-



LUCIO BERNARDO JR.

Opiniões divididas: donos de bares e restaurantes da Asa Sul querem situação resolvida

mara Legislativa para votação na próxima semana.

Cansados de esperar por um desfecho feliz, a notícia pegou muitos interessados de surpresa e as opiniões se dividem. "Quero ver para crer", categorizou Fritz Klinger, 79 anos, dono do Fritz Restaurante da 404 Sul. Instalado no local há 28 anos e com a mesma estrutura física, ele diz, mesmo descrente, não ver chegar a hora para

que o assunto seja finalizado. "É difícil, mas não é impossível", sentenciou.

Numa situação totalmente irregular e que foge dos padrões que serão estabelecidos pelo projeto, o proprietário da distribuidora de bebidas Piauí, na 403 Sul, onde nos fundos mantém um bar e as mesas são dispostas por toda a área verde, atingindo inclusive a calçada da quadra residencial, não quis

opinar sobre o assunto.

Já o gerente do Restaurante Azeite de Oliva, Fábio Soares, 24 anos, vibrou com a notícia. "Será ótimo. É uma medida inteligente. Assim o governo acaba com as invasões", disse. Para ele, a regularização faz com que os comerciantes saiam da mira da fiscalização e das penalidades por invasão de área pública.

No PL da Seduma/Proureb, regularização e organização

das áreas invadidas são palavras de ordem. Conforme o documento, é permitido o avanço de cinco metros de área na parte dos fundos dos estabelecimentos que deverá ser cercado num modelo padrão e por bloco, a exemplo do que foi feito na loja Blumenau, da 302 Sul. A altura e o comprimento das áreas ocupadas serão estabelecidas pelo projeto e deverão ser obedecidas pelos comerciantes. Bares e restaurantes, uma vez observado os dois metros de área livre para a passagem de pedestres, inclusive com dificuldade de locomoção, será permitida a disposição de mesas e cadeiras nas laterais do estabelecimento.

O projeto orienta também, que na parte de trás das lojas sejam construídas calçadas de dois metros de largura e que as mesmas sejam iluminadas. Isso sem contar o rigor quanto à fiscalização, a poluição sonora e o estabelecimento de horários fixos para carga e descargas de mercadorias.

Antes da votação, o projeto deve passar por uma audiência pública para apreciação de moradores e comerciantes da Asa Sul.